

Mudança do PDU atinge bairros da Capital

As alterações interferem no sistema viário, limita construções e visa adequar a cidade às exigências do Relatório de Impacto Urbano

A mudança do Plano Diretor Urbano (PDU), estudada pela Prefeitura Municipal de Vitória, deverá limitar o número de salas, de estabelecimentos comerciais e apartamentos em algumas áreas da Capital. A diretora do Departamento de Planejamento Urbano da PMV, Maria de Lourdes Oliveira, explicou que o objetivo é evitar a "saturação" de algumas áreas da cidade, atingidas principalmente pelo impacto do trânsito. As mudanças, que incluem alteração no sistema viário, acontecerão ainda este ano.

O estudo foi encomendado pela PMV a uma firma de consultoria do Rio de Janeiro, visando à adequação do PDU às exigências do Relatório de Impacto Urbano (RIU), em vigor desde novembro de 96. "Com esses dados, faremos um diagnóstico da situação do entorno e um relatório do que será preciso fazer para viabilizar os empreendimentos", resumiu Maria de Lourdes. As possíveis mudanças serão apreciadas pelo Conselho Municipal do PDU e posteriormente remetidas para a aprovação ou não da Câmara.

REVISÃO - "Estamos percebendo que algumas áreas não totalmente ocupadas já estão saturadas. Isso indica que o volume de construção está sendo maior que a capacidade de absorção da região. Temos que estudar cada área separadamente para termos idéia do impacto da construção no ambiente e, para isso, estamos nos baseando nos dados desse estudo", justificou Maria de Lourdes.

Ela adiantou que as avenidas Desembargador Santos Neves e Nossa Senhora da Penha, na Praia do Canto, são exemplos de pontos saturados, por serem vias de passagem (ou seja, não são a origem e o destino das pessoas que passam por ali) e pela quantidade de construções.

Lourdes explicou que, em casos como o desses dois pontos, é necessária uma intervenção viária para melhorar o trânsito e também alterar o índice que determina as

áreas máximas a serem utilizadas. Ela exemplifica: "Na Avenida Desembargador Santos Neves, por exemplo, o índice é de cinco vezes o terreno, ou seja, quem tem um terreno de mil metros quadrados pode construir numa área de cinco mil metros quadrados. Esse índice poderá ser diminuído para evitar a saturação", pontuou Maria de Lourdes.

RIU - Desde novembro de 1996, quando entrou em vigor o Relatório de Impacto Urbano (RIU), a Prefeitura Municipal de Vitória passou a ter um controle maior sobre os impactos que grandes empreendimentos poderiam provocar no ambiente. O RIU é obrigatório para empreendimentos que gerem mais de 100 vagas de estacionamento, mais de 80 unidades (salas ou lojas) e mais de 20 pavimentos. Através de informações como a localização do empreendimento e a quantidade de unidades, a PMV apresenta à empresa interessada em investir indicativos para ela fazer um levantamento do impacto ambiental, o RIU. Até hoje, 30 empresas tiveram que apresentar o documento.

"Empreendimentos de grande porte têm que ser avaliados detalhadamente, pelo impacto que podem provocar", explicou a diretora de Planejamento Urbano da PMV, Maria de Lourdes de Oliveira. Ela acrescentou que o RIU definiu um novo critério para avaliar o que seria um empreendimento de grande porte.

Ela explicou que os investimentos em áreas de 12 mil metros quadrados eram considerados de impacto e que agora esse tipo de empreendimento é julgado pelo número de unidades, pavimentos e vagas de estacionamento.

Maria de Lourdes não descartou a hipótese de o RIU mudar. "O RIU pode ser modificado, quando tivermos parâmetros definidos da realidade de Vitória", disse, referindo-se ao resultado do estudo sobre a capacidade do sistema viário e da geração de viagens na capital que está sendo analisado.



LIMITAÇÃO

Por ser via de passagem e pela quantidade de construções, a Reta da Penha já é considerada ponto saturado

Chico Guedes

Servidor do São Lucas pode parar

Os servidores do Hospital São Lucas podem entrar em greve se a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) não solucionar o problema de superlotação na unidade. O prazo de 15 dias dado pelos servidores à direção do hospital termina hoje. Ontem eles receberam o apoio dos membros do Conselho Popular de Vitória (CPV), que resolveram fazer vigília na entrada do pronto-socorro do São Lucas para chamar a atenção do Governo. "O povo paga impostos e quer garantidos os serviços, inclusive na área de saúde", protestou o presidente do CPV, Ítalo Batan Régis.

Segundo Antônio Coutinho, a direção transferiu alguns pacientes para outras unidades, no último final de semana. "Mas os demais problemas ainda não foram resolvidos, como a transferência do

atendimento dos pacientes psiquiátricos para outro local", disse Coutinho. Ele acrescentou que ontem ainda algumas pessoas estavam sendo atendidas nas macas. "Mas não vamos atender pessoas que forem internadas e colocadas no chão", avisou Coutinho.

Ontem representantes do Conselho Popular de Vitória foram até o hospital para conhecer de perto a rotina dos funcionários e pacientes no Pronto Socorro. De acordo com o presidente do CP, o Conselho "vai cobrar insistentemente do Governo do Estado medidas para melhorar a área de saúde. Estamos observando o descaso do Governo com o setor, com os funcionários que não possuem condições de trabalho, e principalmente com a forma torturante a que vem submetendo o povo, que não tem assis-

tência médica", revoltou-se.

A diretora do Hospital São Lucas, Norma Motta Pretti, mostrou-se surpresa com o movimento dos servidores. "Estamos tentando solucionar o problema, tanto que na última sexta-feira fizemos 15 transferências de pacientes. Alguns pleitos ainda não foram atendidos por questão gerencial da Sesa, mas que não compromete o atendimento aos pacientes.

Norma explicou que uma das reivindicações é a transferência do atendimento dos pacientes psiquiátricos do São Lucas para outras unidades. "Nós não podemos abandonar esses pacientes, que, muitas vezes, quando estão em crise eles precisam de tratamento especial. Mesmo assim a Secretaria está em negociação com o servidores", disse.

Fiscalização registra fumaça em boa condição

O nível de monóxido de carbono expelido na fumaça dos ônibus que circulam em Vitória foi considerado bom, no primeiro dia da Operação Oxigênio. Dos 60 veículos avaliados ontem, em apenas cinco foi comprovada a situação de alerta. O nível crítico não foi detectado. A análise é feita seguindo a escala de Hinglemann, que consiste em medir a densidade da fumaça. De 20% a 40% o resultado é bom. De 40% a 60% existe o risco e de 80% a 100% o quadro é considerado crítico.

Quando chega ao nível mais elevado, os ônibus são recolhidos e as empresas têm um prazo de oito dias para correção do problema. "Os carros só voltam a circular depois que fazemos uma revisão", esclarece Massenias Oliveira, chefe da Divisão de Transportes da Secretaria de Transportes de Vitória (Setran). "Por isso a realização da Operação Oxigênio. O nível crítico na densidade da fumaça pode influir na saúde da população. Pode causar, em especial, doenças respiratórias, além de irritações alérgicas e infecções pulmonares", esclarece o secretário Jarbas Ribeiro. Na situação de alerta não existe risco para a população.

Geralmente, nesses casos, o problema é no bico da bomba injetora. Questão de sujeira ou entupimento, fácil de ser solucionado, como explica o chefe da Divisão de Transportes, Massenias Oliveiras. "As empresas são orientadas a resolver o problema", comenta. Ontem, os técnicos da Setran se concentraram nos bairros Maria Ortiz, Praia do Canto, Jardim da Penha, República e Jabour (sempre nos finais de linha). Hoje, a partir das 8 horas, eles estão nos bairros Jardim Camburi, Praia do Canto, Itararé e Jesus de Nazareth.